



Índice

1. Introdução	3
2. Turismo	5
3. Potencial endógeno	6
4. Reabilitação urbana	7
5. Programação e financiamento	8

1. Introdução

Previsto na alínea *d)* do n.º 2 do art.º 86.º do 380/99 de 22 de setembro, o Programa de Execução é um dos elementos que acompanham o Plano Diretor Municipal.

O presente documento procura operacionalizar ações com expressão territorial planeadas para a área de intervenção do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, enunciando e descrevendo as intervenções prioritárias, as entidades envolvidas e o sistema de financiamento.

Para as Opções Estratégicas propostas pela revisão do PDM, definiram-se objetivos estratégicos e operacionais que se formalizam no conjunto de iniciativas descritas no quadro seguinte:

Opção estratégica do Plano	Objetivos estratégicos e operacionais	Ações
Turismo	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural
		Construção de um Borboletário
		Construção de Postos de observação de aves
		Criação de uma Rede de percursos pedestres
Potencial endógeno	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de Juncais e execução das infraestruturas
Reabilitação urbana	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público	Elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda para os centros históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres
		Realização de operações de reconversão urbanística nos aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho
		Arranjo de espaços verdes de utilização coletiva e de proteção e enquadramento

Quadro 1 – Opções estratégicas, objetivos estratégicos e operacionais e iniciativas propostas pela revisão do PDM.

Os encargos associados à execução do Plano correspondem ao somatório da estimativa de custos imputados a cada ação. Tal como se apresenta no Quadro 2, estima-se que o investimento total para a execução do Plano seja de **5 200 000€**.

Objetivos estratégicos e operacionais	Ações	Estimativa de Custo (€)
	Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural	50 000€
Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Construção de um Borboletário	300 000€
	Construção de Postos de observação de aves	60 000€
	Criação de uma Rede de percursos pedestres	240 000€
Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de juncais e execução das infraestruturas	3 400 000€
Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público	Elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda para os centros históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres	150 000€
	Realização de operações de reconversão urbanística nos aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho	50 000€
	Arranjo de espaços verdes de utilização coletiva e de proteção e enquadramento	950 000€
Total		5 200 000€

Quadro 2 – Estimativa do custo da execução do Plano

A determinação do custo inerente e a prioridade de execução de cada iniciativa descrevem-se nos números seguintes.

2. Turismo

Refere o Relatório do Plano que a prossecução do Objetivo estratégico e operacional “Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo” está ligado à execução das seguintes ações:

- Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural;
- Construção de um Borboletário;
- Construção de Postos de observação de aves;
- Criação de uma Rede de percursos pedestres.

Do conjunto de iniciativas apresentadas, a determinação do custo de execução baseia-se no cálculo de honorários de consultoria e projeto e no custo médio de construção, nomeadamente:

- Custo médio de construção de edificações - 700€/m²;
- Custo médio de construção de percursos - 15€/m.

Ações	Honorários	Construção	Totais
Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural	50 000€		50 000€
Construção de um Borboletário	15 000€	285 000€	300 000€
Construção de Postos de observação de aves		60 000€	60 000€
Criação de uma Rede de percursos pedestres		240 000€	240 000€

Quadro 3 – Estimativa de custos de ações - turismo

3. Potencial endógeno

“Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos”, constitui o segundo objetivo estratégico e operacional da Revisão do PDM. A viabilidade desta iniciativa está fortemente dependente da definição de um novo espaço de atividades económicas no concelho (UOPG7).

O custo desta ação está diretamente relacionado com o cálculo de honorários afetos à elaboração de um instrumento de planeamento e dos projetos de infraestruturização, bem como das correspondentes obras, a saber:

- Custo médio de urbanização - 120 000€/ha.

Ações	Honorários	Urbanização	Totais
Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de juncais e execução das infraestruturas	110 000€	3 300 000€	3 400 000€

Quadro 4 – Estimativa de custos de ações – potencial endógeno

4. Reabilitação urbana

Com vista à prossecução do objetivo estratégico e operacional do Plano referente à qualificação urbanística dos aglomerados, foram definidas seis UOPG abrangendo duas tipologias:

- Reabilitação de Centros Históricos;
- Reconversão de Áreas Urbanas de Génese Ilegal;

As freguesias de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres apresentam centros urbanos com elementos patrimoniais, culturais e urbanos de reconhecido valor, sendo por isso indispensável a sua preservação. Com este propósito a proposta de Revisão do PDM delimita UOPG (1,2,3) nestes centros urbanos, cuja execução está dependente da elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda.

Por se verificarem em Algodres, Matança e Rancozinho operações ilegais de reparcelamento do solo urbano, o Plano prevê a sua legalização, através da elaboração de um mecanismo de reconversão urbanística. As áreas afetadas são as das UOPG (4,5,6) delimitadas na Carta de Ordenamento.

A determinação do custo inerente à execução das UOPG definidas está diretamente relacionado com o cálculo de honorários afetos à elaboração dos planos de pormenor e das operações de loteamento definidas.

Como medida de proteção e salvaguarda dos recursos naturais em solo urbano, nomeadamente linhas de água, a Revisão do PDM delimita, nos espaços intersticiais dos perímetros urbanos, um conjunto de áreas verdes para acolhimento de atividades de recreio/lazer e ou agrícolas.

A determinação dos custos afetos à execução das iniciativas propostas tem por base os seguintes indicadores:

- Custos de aquisição de terrenos - 10€/m²;
- Custo médio de execução de espaços verdes – 250 000€/ha.

Ações	Honorários	Aquisição de prédios	Urbanização	Totais
Elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda para os centros históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres	150 000€	-	-	150 000€
Realização de operações de reconversão urbanística nos aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho	50 000€	-	-	50 000€
Arranjo de espaços verdes de utilização coletiva e de proteção e enquadramento	25 000€	250 000€	675 000€	950 000€

Quadro 5 – Estimativa de custos de ações – reabilitação urbana

5. Programação e financiamento

Além da identificação e descrição das ações a desenvolver, compete ao Plano programar a sua execução e identificar os recursos financeiros necessários.

O Quadro 7 descreve a operacionalização das propostas do Plano, fixando para cada uma das iniciativas propostas:

- As entidades promotoras;
- A estimativa do custo total do investimento;
- A prioridade da execução;
- As fontes de financiamento.

Os níveis de prioridade de execução definidos assumem como horizonte executório o período de vigência do Plano (10 anos):

- Nível 1 – Iniciativas a realizar no prazo de 2 anos;
- Nível 2 - Iniciativas a realizar até 5 anos;
- Nível 3 - Iniciativas a realizar até ao fim do período de vigência do Plano.

Assumem-se como prováveis fontes de financiamento do Plano a Câmara Municipal de Fornos de Algodres (CMFA), Fundos Comunitários (FC) e Privados (P).

A determinação da receita comunitária como provável fonte de financiamento tem por base o enquadramento das ações do PDM no Programa Operacional da Região Centro 2014-2020 (CENTRO 2020).

Da análise do CENTRO 2020, e como consta no Quadro 6, verifica-se a compatibilidade de diversas ações previstas no PDM com os Objetivos Específicos do Eixo 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios.

Proposta de Plano		Programa Operacional da Região Centro 2014-2020				
Objetivos estratégicos e operacionais	Ações	Eixo 7	OT 6.	Prioridade de investimento		Fundo Comunitário
				PI 6.3.	PI 6.5.	
Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural					FEDER
	Construção de um Borboletário					
	Construção de Postos de observação de aves					
	Criação de uma Rede de percursos pedestres					FEDER
Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de juncais e execução das infraestruturas					
Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público	Elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda para os centros históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres					
	Realização de operações de reconversão urbanística nos aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho					
	Arranjo de espaços verdes de utilização coletiva e de proteção e enquadramento					FEDER

Quadro 6 – Compatibilização entre as iniciativas propostas pelo Plano e o Programa Operacional da Região Centro

Objetivos estratégicos e operacionais	Ações	Entidades promotoras	Estimativa do custo total do investimento	Prioridade da Execução	Fontes de Financiamento
Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Proposta de classificação da Fraga da Pena como monumento natural	CMFA	50 000€	2	CMFA, FC (FEDER)
	Construção de um Borboletário	CMFA	300 000€	3	CMFA
	Construção de Postos de observação de aves	CMFA	60 000€	3	CMFA
	Criação de uma Rede de percursos pedestres	CMFA	240 000€	1	CMFA, FC (FEDER)
Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de juncais e execução das infraestruturas	CMFA	3 400 000€	2	CMFA
Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público	Elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda para os centros históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres	CMFA	150 000€	3	CMFA, P
	Realização de operações de reconversão urbanística nos aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho	CMFA	50 000€	1	CMFA
	Arranjo de espaços verdes de utilização coletiva e de proteção e enquadramento	CMFA	950 000€	3	CMFA, FC (FEDER)

Quadro 7 – Operacionalização das iniciativas propostas pelo Plano

Da análise do Quadro 7 ressaltam as seguintes considerações:

- A Câmara Municipal é a entidade promotora do conjunto de ações previstas no PDM;
- 50% do financiamento do objetivo estratégico “Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo” é proveniente de fundos comunitários;
- A elaboração do conjunto de instrumentos de planeamento municipal definidos está dependente de receitas municipais e de fontes de financiamento privadas.